

A política a partir das margens: a produção discursiva sobre o programa bolsa-família em grupos de discussão*

RESUMO

Este artigo tem como objetivo propor um percurso metodológico que visa aproximar a comunicação da política ao revelar como cidadãos comuns, frequentemente ignorados pelos processos políticos, acionam e articulam diferentes discursos quando compelidos a se posicionarem diante de questões que afetam seu cotidiano. De modo a evidenciar empiricamente nossos propósitos realizamos oito grupos de discussão com mulheres pobres beneficiadas pelo Programa Bolsa-Família nas cidades de Campinas e Belo Horizonte.

PALAVRAS-CHAVE

- cidadãos comuns
- política
- grupos de discussão

ABSTRACT

The aim of article is to elaborate a methodological investigation to approximate politics and communication in order to show how common citizens, frequently ignored by political processes, set in motion and articulate different discourses when compelled to take a position in front of questions that affect their daily life. In order to empirically evidence our intentions we established eight discussion groups with poor women benefited by the Bolsa-Família Program in the cities of Campinas and Belo Horizonte.

KEY WORDS

- common citizens
- politics
- discussion groups

Ângela Cristina Salgueiro Marques
UFMG

Simone Maria Rocha
UFMG

Pensar e investigar empiricamente a política a partir de uma perspectiva ampliada é o principal foco de nossos investimentos atuais na pesquisa em Comunicação. Adotamos uma concepção de política que se concretiza quando os homens desenvolvem uma capacidade dialógica que possibilita o estabelecimento de acordos e a negociação de seus posicionamentos e suas opiniões visando o interesse público, o entendimento recíproco e o bem comum, o que requer um espaço onde eles possam se encontrar e interagir através da ação e da palavra. Isso nos leva a entender a política como um processo que não se restringe aos espaços formais de tomada de decisão – localizados pela maioria dos autores no “centro” do sistema político (Habermas, 1997; Mansbridge, 1999) em oposição à uma “periferia” composta de “públicos subalternos” (Benhabib, 1996) ou de “públicos fracos” (Fraser, 1992; Bohman, 1996) – mas que toma forma através das lutas cotidianas pela sobrevivência, contra opressões simbólicas e materiais e a favor de novos quadros de entendimento produzidos via contestações e questionamentos. A face cotidiana da política é o que nos impele a investigar, no campo das trocas comunicativas, o modo como públicos marginalizados, como moradores de favela, grupos sexualmente estigmatizados e mulheres pobres produzem discursos e sentidos acerca de representações, políticas públicas, narrativas de ampla visibilidade social, etc.

Nosso interesse neste artigo é revelar que esses públicos social e politicamente marginalizados produzem, através de suas falas cotidianas, sentidos e entendimentos sobre questões controversas de interesse coletivo. Nosso intuito não é indagar somente o que essas pessoas pensam da política, mas investigar os contextos e as maneiras como elas criam aberturas para a conversação, permitindo a explicitação e o conflito de entendimentos, pontos de vista e idéias que, de outro modo, permaneceriam latentes ou relegados às discussões privadas. Como se sabe, as mulheres, os idosos e os pobres são frequentemente apontados como indivíduos que apresentam grandes dificuldades de se expressarem em público. Esses grupos preferem, na verdade, evitar expor publicamente seus pontos de vista alegando a dimensão privada dos mesmos (Conover et al., 2002; West, 1995; Kingfisher, 1996).

Assim, utilizando os grupos de discussão como método capaz de revelar como cidadãos comuns, especificamente mulheres pobres, constróem discursos

so próprios e se implicam em trocas públicas de opiniões acerca de questões políticas que afetam seu cotidiano, este trabalho visa investigar as formas de interação e de trocas comunicativas presentes em tais grupos realizados com beneficiárias¹ do Programa Bolsa-Família.² A fim de captarmos e analisarmos os momentos de politização (Duchesne e Haegel, 2004; Kitzingler e Farquhar, 1999; Eliasoph, 1996) dos diálogos travados entre os participantes dos grupos realizamos oito grupos de discussão em duas cidades da região sudeste: quatro em Belo Horizonte (MG) e quatro em Campinas (SP).³

“interessa-nos investigar os tipos de discursos que as pessoas social e politicamente marginalizadas tecem em seu cotidiano”

Ao trabalharmos com categorias analíticas que nos permitiram captar os momentos em que as discussões desencadeadas pelas beneficiárias do programa transformavam conflitos latentes em situações de confronto explícito de pontos de vista, foi possível verificar que, no contexto do grupo, surgem situações nas quais elas sentem necessidade de assumir posições; de assumir o risco de expressar uma opinião dissonante; de explicitar as premissas que sustentam seus pontos de vista; de conservar seus pontos de vista privadamente ou de exprimi-los publicamente, mobilizando, para isso, um grande esforço de justificação recíproca.

Este artigo encontra-se estruturado em três partes: na primeira parte, apresentamos o marco teórico e algumas distinções entre nossa proposta e as abordagens que vêm caracterizando o estudo da política a partir do pensamento das pessoas comuns. Na segunda parte, realizamos algumas considerações sobre a metodologia utilizada em nossa pesquisa e a organização dos grupos de discussão nas cidades de Belo Horizonte e Campinas. Por fim, na terceira parte, apresentamos algumas seqüências dialógicas em que as participantes dos grupos se implicam em dinâmicas interativas que vão da exposição de dramas privados a discussões políticas voltadas, sobretudo, para o questionamento de discursos e para a formulação pública de argumentos próprios.

O entendimento da política a partir das margens

Nancy Fraser (1992), ao propor um modelo que substitui a esfera pública burguesa unitária (Habermas, 1984) por uma rede heterogênea e dispersa de muitos públicos ressalta o importante papel desempenhado pelas mulheres e por outros grupos excluídos

no processo político democrático. originados em seus próprios espaços, e elaborados em seus próprios termos. Para ela, esses “contra-públicos subalternos”, ao elaborarem seus anseios e demandas e endereçá-los à essa ampla rede de fluxos comunicativos podem deslocar, renegociar, desafiar e reformular os limites entre o público e o privado, entre o “centro” e a “periferia”.

Partirmos do pressuposto de que o público composto pelas beneficiárias de políticas sociais como o Bolsa-Família faz parte de uma esfera constituída nas margens invisíveis do sistema político.⁴ Todavia, acreditamos que a população oriunda da “periferia” da sociedade, profundamente marcada pela desvalorização moral e pela distribuição desigual de recursos materiais (Bohman, 1997; Paugam, 1993; Telles, 1999), também contribui para os processos políticos, uma vez que, ao questionarem problemas coletivos à luz de experiências pessoais, desenvolvem discussões políticas destinadas a “captar novos problemas, conduzir discursos expressivos de auto-entendimento e de articular, de modo mais livre, identidades coletivas e interpretações de necessidades” (Habermas, 1997, p.33). Argumentamos que construção e o entendimento da política a partir das margens⁵ exige o reconhecimento da relevância das conversações cotidianas travadas em contextos informais de encontro e convivência. Contudo, grande parte dos pesquisadores descarta, a priori, os sentidos produzidos nos contextos comunicativos que compõem as margens do processo político.

Pesquisas desenvolvidas sobretudo nas áreas de Ciências Sociais, Ciência Política e de Comunicação Social vêm se dedicando à árdua tarefa de coleta e análise do pensamento reflexivo de cidadãos comuns voltado para questões de natureza política. Esse tipo de preocupação enfatiza a importância da produção de um conhecimento acerca do modo como tais cidadãos elaboram uma visão própria da política a partir de insumos simbólicos provenientes da mídia; das conversações cotidianas entre amigos, vizinhos e parentes; do conhecimento compartilhado do senso comum; da sabedoria popular e das interações sociais cotidianas em espaços os mais diversos. De modo geral, podemos apontar que grande parte dos trabalhos procura saber como as pessoas produzem sentidos acerca do ambiente político concebido tanto em sua dimensão formal quanto informal (Caldeira, 1984; Conover e Feldman, 1984; Ribeiro, 2005; Bourdieu, 1993; Eliasoph, 1996; Lazarus, 2001; Tatagiba, 2006; Lucas e Ferrari, 2004; Mutz e Mondak, 2006).

Outros estudos, também voltados para a política formal, buscam perceber como a mídia, aqui entendida em sua dimensão textual e discursiva (telejornais, revistas, charges, jornais impressos, telenovelas, etc.), pode influenciar na interpretação dos “jogos políticos” ou de acontecimentos políticos de grande

e pequena relevância (Porto, 2001; Gamson, 1992; Neuman, Just e Crigler, 1992; LaPastina, 1999; Aldé, 2001; Silva, 1985). As pesquisas sobre a opinião pública e o efeito persuasivo do marketing político na formação das atitudes e preferências dos eleitores ganham proeminência nas áreas da Ciência Política e da Comunicação, por centrarem seu foco sobre o cenário de representação política e sobre a “política de imagem” (Gomes, 2004; Veiga e Gondim, 2001; Figueiredo, 2000; Evangelista, 2006).

Destacamos, sobretudo, a existência de trabalhos preocupados em criar interlocuções entre a comunicação e a política; e que revelam especial interesse em avaliar a produção cotidiana de discursos sobre questões que dizem respeito não só à política institucional, mas também às questões ligadas à produção de identidades, questionamento de estereótipos, luta contra discursos desvalorizantes, etc. (Barker, 2003; Feltran, 2005; Lucas e Ferrari, 2004; Marques, 2006; Rocha, 2006; Marques e Rocha, 2006; Reis e Maia, 2006).

O desenho de nossa pesquisa difere-se particularmente da maioria dos trabalhos acima citados em dois pontos específicos. O primeiro refere-se a uma mudança de enfoque. O foco principal de nossa pesquisa não está em mostrar como os cidadãos comuns produzem sentido acerca de temas pertencentes ao universo político de forma geral. Ao invés disso, interessa-nos investigar os tipos de discursos que as pessoas social e politicamente marginalizadas tecem em seu cotidiano de modo a fazer eclodir pontos de indagação e questionamento que demandam a reflexão, o acionamento de argumentos, razões, testemunhos, gestos, enfim, de uma situação comunicativa cooperativa e relacional cujo objetivo é entender melhor e, por vezes, questionar sua localização nas margens do sistema político.

O segundo ponto refere-se ao método de pesquisa por nós adotado. Entre os estudos que procuram estabelecer um diálogo entre a Comunicação e a Política no contexto brasileiro, são poucos os que utilizam o método dos grupos de discussão (*focus groups*) para explorar qualitativamente as opiniões e a formação de quadros de entendimento construídos no contexto do grupo (Porto, 2001, 2003; Silva, 1985; Ferraz, 2005; Ribeiro, 2005; Lucas e Ferrari, 2004; Wey, 2003; Magalhães e Veiga, 2000; Evangelista, 2006). Contrariamente à perspectiva predominante nas análises de recepção e formação da opinião pública – que muitas vezes descontextualizam as falas dos participantes, privilegiando determinadas expressões ou padrões de construção de sentido (ver, sobretudo, Veiga, 2002) – procuramos explorar nossos dados de modo a ressaltar a dinâmica das interações, a troca de pontos de vista, a indagação recíproca, os riscos do debate, a explicitação de premissas, enfim, os momentos de politização de falas que antes se encontravam dispersas e fluidas (Marques e Rocha, 2006).

A dinâmica comunicativa no contexto de grupos de discussão: considerações metodológicas

A noção de “grupos de discussão” aparece na literatura corrente quando o pesquisador deseja enfatizar que seu interesse está em avaliar a dinâmica das interações comunicativas entre os participantes e os modos através dos quais o sentido é coletivamente construído, contestado e retrabalhado pelo grupo (Warr, 2005; Kitzinger, 1994; Letelier, 1996; Bertrand, Brown e Ward, 1992; Morgan, 1996, 1997; Veiga e Gondim, 2001; Duchesne e Haegel, 2004). Esses autores apontam que os grupos de discussão, podem ser entendidos como contextos discursivos controlados de conversações capazes de abrigar e estimular trocas comunicativas que guardem semelhanças com as conversações cotidianas e discussões acerca de temas sociais e políticos, as quais envolvem momentos de troca argumentativa e indagação mútua.⁶

Nesse sentido, a realização de grupos de discussão nos permite observar o modo como os participantes fazem perguntas uns aos outros e explicam suas posições de forma recíproca (Carey, 1994; Bryman, 2001; Lunt e Livingstone, 1996). Segundo Jenny Kitzinger, os grupos de discussão oferecem a oportunidade de criação de contextos interativos que podem ser entendidos como um fórum através do qual idéias podem ser esclarecidas estimulando as pessoas a “se engajarem umas com as outras, a formularem verbalmente suas idéias e exporem as estruturas cognitivas que estavam previamente desarticuladas” (1994, p.106).

Acreditamos que, nos contextos comunicativos dos grupos de discussão, muitos conflitos potenciais encontram-se dissolvidos no curso de uma conversação em que as frases e as idéias se sucedem sem serem postas em conexão. Entretanto, é possível identificar nos grupos, momentos propícios para a expressão das controvérsias e desentendimentos. Tais “momentos de politização” (Duchesne e Haegel, 2004) ficam evidentes nas situações em que a conversação sobre temas rotineiros e dramas pessoais, dá lugar ao delineamento explícito de posições trazendo à tona conflitos que são assumidos ou silenciados. É diante desses momentos que podemos verificar como as conversações nos contextos comunicativos mais prosaicos (Mansbridge, 1999) são capazes de contribuir para processos democráticos de construção da cidadania e da autonomia política justamente porque os cidadãos passam não só a expressar publicamente suas opiniões sobre um dado tema político, mas passam também por situações em que devem defendê-las e revisá-las diante do questionamento alheio (Bohman, 1996; Benhabib, 1996; Habermas, 1997). Como mencionamos anteriormente, essa abordagem expressa uma concepção de política fundamentada nas formas plurais de comunicação que contribuem para a construção de preferências, para a reflexão sobre o bem comum e para a formação da opinião e da vontade, sem dei-

nar em segundo plano a importância do Estado no processo de institucionalização dessa vontade.

Considerando a abordagem acima explicitada, organizamos oito grupos de discussão com as beneficiárias do Bolsa-Família, quatro em Belo Horizonte e quatro em Campinas.⁷ Em Belo Horizonte, selecionamos beneficiárias que moram em bairros localizados sob a administração das regionais Norte, Leste, Pampulha e Venda Nova.⁸ Após um contato inicial com os coordenadores do Bolsa-Família em cada uma dessas Regionais, contamos com o auxílio dos Núcleos de Apoio à Família (NAFs) para selecionar as beneficiárias. Em Campinas, das cinco regiões que compõem a cidade (Norte, Sul, Noroeste, Sudoeste e Leste), realizamos grupos focais com beneficiárias que habitam em bairros pertencentes às regiões Sul, Sudoeste, Norte e Leste.⁹

As beneficiárias foram selecionadas com o auxílio dos CRAS correspondentes a cada região. Os grupos foram compostos por 3 a 8 mulheres, com idades que variavam entre 27 e 60 anos, cadastradas no programa Bolsa-Família, independentemente de critérios como valor do benefício recebido, idade, raça e classe social. Contudo, procuramos incluir nos grupos mulheres que participam ativamente dos cursos e oficinas oferecidos pelos NAFs e pelos CRAS, partindo do princípio que elas apresentariam concepções e posicionamentos diferenciados em relação às participantes “não-engajadas”.¹⁰ Foram escolhidas as mulheres, porque o programa as concebe como as reais “administradoras do lar”, sendo que o cartão do programa é feito em nome da mulher.¹¹ O contato com as beneficiárias foi feito por telefone, obtido previamente junto às regionais e NAFs (BH) e aos CRAS (Campinas). As seções foram gravadas em fitas cassete.

O roteiro para a discussão nos grupos foi organizado em duas partes:¹²

- a. Na primeira, as beneficiárias respondiam a questões referentes à sua própria experiência com o programa;¹³
- b. Na segunda, foram disponibilizados “textos” da mídia impressa (*Folha de S. Paulo*, *Veja* e *Isto é*) e televisiva (*Jornal Nacional* e *Fantástico*) referentes ao programa bolsa-família de modo que elas manifestassem suas opiniões e interpretações acerca do que foi visto e lido.¹⁴

Com relação à apresentação e ao tratamento dos dados obtidos, optamos por tomar as seguintes medidas:

1. O nome dos participantes foi substituído por sua letra inicial;
2. Ao final de cada discussão aqui transcrita indicamos a região, a data em que o grupo foi realizado e a respectiva cidade dos participantes.

Nas seções seguintes, exploramos a dinâmica das trocas comunicativas que se estabelecem no contexto dos grupos de discussão por meio das seguintes categorias analíticas:

- a. Produção de contra-narrativas que desafiem aquelas que possuem um maior grau de visibilidade;
- b. Explicitação de premissas e razões;
- c. Posicionamento dos participantes diante de questões sensíveis;
- d. Aceitação do risco de expressar uma opinião dissonante;
- e. Auto-proteção diante dos riscos impostos pelo debate.

A produção de contra-narrativas

É sabido que os “contra-públicos subalternos” expressam-se fora do fluxo discursivo principal das esferas de visibilidade ampliada e dos espaços políticos formais. As esferas privadas de conversação e encontro geralmente fornecem o contexto em que esses públicos trocam impressões e produzem formas discursivas alternativas que desafiam os discursos públicos. Os espaços cotidianos freqüentados pelos contra-públicos são descritos por Nancy Fraser como “arenas discursivas paralelas onde os membros de grupos subordinados inventam e circulam contra-discursos” (1992, p.123). Assim, fora do fluxo principal de discussão pública e coletiva, um público comum e invisível procura entender e produzir sentido acerca de diferentes discursos que lhes dizem respeito. Geralmente, os contra-públicos reúnem fragmentos de discursos públicos e, quando preciso, fazem os entrecruzamentos que julgam necessários para a produção de um entendimento ampliado das injustiças que os afetam coletivamente (West e Gastil, 2004). O trecho abaixo transcrito revela como as beneficiárias do Bolsa-Família reagem a diferentes discursos sobre temas pejorativos à elas relacionados:

L. Eles [os políticos] têm mania de falá que o povo brasileiro é acomodado. Não é o povo brasileiro... os pobres, eles falam que são acomodados. Não é isso, mas é que eles tão cansados de tanta palhaçada, porque lutam, lutam e não conseguem nada. Sai um benefício, você corre atrás e passa a maior humilhação pra pegá...

K. É uma humilhação. Quando eu fui fazê o cadastro, cheguei lá 7 horas da manhã e só fui atendida às 3 da tarde. Quer dizer, é uma coisa assim, muito humilhante pra ganhá 15 reais.

L. Se não precisasse ia passá por uma humilhação dessas?

K. Sem contá a briga que teve na porta. As pessoas querendo cortá a fila (...) Aí sai aquela confusão, aí sai na televisão como se as pessoas pobres fossem qualquer *marginal*, como um lixo, como qualquer Zé ninguém...

E. Aí eles vai falá o quê? “Olha lá a *favelada* como é que tá lá”.

S. É... gosta de fazê barraco...

L. Na verdade, eles não falam assim, “a *periferia*”, eles falam “a *favela*”. Eles não têm nem a capacidade de tratar as pessoas com dignidade...

[CRAS Norte, 12/04/06, Campinas]

Podemos perceber, então, que as beneficiárias identificam diferentes discursos, assim como seus principais porta-vozes, para questionar o fato de que os pobres seriam acomodados e favelados. Em um primeiro momento, aos atores políticos é atribuído o discurso da “acomodação”. É importante notar que a maior crítica que esses atores fazem ao programa bolsa-família é que ele, ao dar dinheiro para a população pobre, desestimularia a busca pelo emprego. Em um segundo momento, o grupo identifica o discurso da “humilhação”, produzido por elas mesmas de modo a enfrentar o estigma da “acomodação”. Na verdade, elas expressam que são ativas, que “lutam” para adquirir as coisas mas, ao invés de desafiarem o lugar de “vítima”, elas questionam o discurso da acomodação reproduzindo o discurso vitimizador da humilhação.

Há, portanto, uma relação tênue e ambígua entre a acomodação e a resistência. O terceiro discurso por elas acionado é o discurso da mídia, recheado de estereótipos pejorativos como “favelado” e “marginal” e produzido por agentes que os enquadram como “lixo”. O grupo tenta estabelecer a diferença entre o que entendem por “periferia” (para elas, um termo positivo) e “favela” (termo ligado à criminalidade), ao mesmo tempo em que acusam os porta-vozes desses discursos – que podem ser tanto os atores midiáticos quanto a sociedade em geral – de não considerá-las dignamente.

Como ressaltam Mansbridge (1999) e Kingfisher (1996), as conversações cotidianas que se processam às margens do fluxo principal de debate acerca de um tema político geram pontos de vista transformativos ao rejeitarem categorias impostas. Essa forma de resistência tem a capacidade de gerar impulsos politizados de luta contra a desvalorização. Nesse sentido, esse exercício de contrapor discursos de ampla visibilidade a pontos de vista e experiências mais invisíveis revela-se extremamente útil ao processo de desenvolvimento de capacidades argumen-

tativas, de justificação de pontos de vista e de contestação de formas de opressão simbólica.

A explicitação de premissas de fundo

Em momentos de discordância entre os participantes dos grupos de discussão, é necessário que os pressupostos que formam a base das razões acionadas sejam explicitados. Frequentemente, é nesses momentos que os próprios participantes indagam-se e desafiam-se mutuamente, assumem o controle da discussão e elegem as questões que percebem como relevantes (Smithson, 2000). Assim, quando indagadas sobre a existência de possibilidades de saírem da pobreza, as participantes de um grupo de discussão elegem a oposição “trabalho x namoro” para explicitarem suas posições:

A. Prá sair da pobreza eu tenho experiência pela minha família. Sabe como faz? Estudá muito e fazê curso. Consegue sair da pobreza, sim. (...) E depois, namorá também... Minha família falava: “não arruma qualquer namorado, não. Primeiro cê estuda, cê trabalha, cê faz curso, cê faz tudo.”

G. Olha só procê vê, igual ocê falou, é oportunidade. Se minha mãe tivesse condição de pagá um curso pra mim, eu acredito que até meus irmãos, eles iam pagá, porque sabem da minha capacidade de chegar lá. (...)

A. Sabe porquê? A gente não tem essa oportunidade, então depois começa a pensar em namorado. É isso que acontece.

[falam todas juntas, algumas discordam]

AP. Não! Não e não.

A. Começa a pensar em namorado, depois que tem filho, aí pronto, acabou! Acaba com a tranqüilidade da gente. (...) Tem muita gente que sai da favela. Mas por que eles sai da favela? Porque eles só pensam no estudo e no trabalho. Porque eu acho que depois que a gente só pensa em namorar, a gente só quer namorar... (...)

G. Eu acho que, tipo assim, se você tem uma meta na sua vida, (...) não é um namorado que vai te atraparlar, até porque se ele não for compreensivo...

R. Chute na bunda dele...

G. A minha meta é estudar e trabalhar? Concordo. (...) Muitos namorados que eu conheço ajuda a namorada a estudá. Não é só isso, estudar e trabalhar... A vida não é só isso.

A. Mas porque nem todo mundo pensa igual. As pessoas às vezes pensam em namorar...

[Regional Venda Nova, 31/10/05, BH]

O argumento de que “namorar atrapalha o projeto de sair da pobreza” foi questionado pela maioria delas, constringendo a participante A. a mobilizar as premissas que fundamentavam suas razões. Neste caso é possível evidenciar como os debates que ocorrem nos grupos de discussão ganham um grau de organização que as diferencia das conversações cotidianas dispersas e desordenadas. No grupo de discussão, o potencial de contradição, de desacordo e de conflito é não só revelado, como também explorado de forma reflexiva pelos participantes. A evocação de exemplos e histórias pessoais, passadas ou de “destinos coletivos” é, segundo Duchesne e Haeger, “o procedimento que observamos com mais frequência no processo de implicação dos participantes na discussão, sendo que o acordo ou a contestação de sua dimensão exemplar constitui o essencial do trabalho de conflitualização” (2004, p.891).

Para Robert Goodin (2006), as crenças e posições das pessoas são sustentadas por razões, sendo que é a ação de desvelar as razões e premissas por trás dos argumentos a principal contribuição das conversações e discussões para o processo político. Assim, a dinâmica de explicitação de premissas e razões não deve visar o reconhecimento de um certo participante como aquele que *tem razão*, mas como aquele hábil a *prover razões* capazes de sustentar seus argumentos diante das indagações colocadas pelos demais participantes.

O posicionamento dos participantes diante de questões sensíveis

Os grupos de discussão dão forma a um contexto de exposição pública da individualidade.¹⁵ Assim, os participantes, ao dirigirem-se uns aos outros, partem geralmente de princípios básicos como a confiança mútua e utilizam expressões do senso comum para acionar um pano de fundo compartilhado sobre o lugar a eles destinado socialmente (Rancière, 1998; War, 2004). Mas a publicidade de tal procedimento revela-se constringedora. Pesquisas desenvolvidas por Conover et al. (2002), Gamson (1992), Bennett et al. (2000), Wyatt et al. (2000) revelam que as pessoas preferem se engajar em discussões privadas. Os motivos dessa escolha variam. Um primeiro motivo refere-se ao fato de que os espaços privados oferecem um acesso mais fácil às questões em debate. Aliado a isso, há uma pequena probabilidade de que desigualdades de recursos e de capacidades comunicativas básicas atrapalhem a participação das pessoas. Mas, como apontam Conover et al., o principal motivo é que as discussões privadas são percebidas como mais seguras do que as públicas, uma vez que “são mais resistentes aos aspectos perigosos da contestação. (...) Optar pela discussão privada significa proteger a privacidade de preferências e identidades” (2002, p.57).

No trecho seguinte, podemos observar como o fato de ter “pouco estudo” prejudica não só o autoentendimento das participantes, como também se coloca como obstáculo para a obtenção da estima social (Honneth, 1995; Anderson e Honneth, 2005):

E. Eu acho que se a gente arruma um serviço, tem como sair da pobreza. Mas é difícil, né, porque *a gente tem que cuidar dos filhos* e não tem com quem deixá eles... *O estudo também é pouco...*

T. É igual ela falou, a gente quer trabalhar, mas como? A gente tem que ficá em casa e *cuidá dos filhos* e muitas vezes, como ela, ela tá parada, eu também tô *desempregada...* quer dizer, você quer ter um emprego, você quer mudar de vida, você quer fazer alguma coisa, mas não surge a oportunidade...

E. É. E, às vezes, a gente pensa assim “será que eu vou conseguir?”, “*Será que eu sou capaz?*”

R. Eu mesma acho que não sou, porque *eu não sei ler*. Quando eu ia caçá emprego, eu chorava, porque eu gosto de trabalhar, mas porque eu não tenho leitura, ninguém me dava. *Eu me sinto assim, inútil*, sabe, de ficá em casa...

[CRAS Sul, 13/07/06, Campinas]

A oposição “mãe x trabalhadora” instaura uma questão sensível justamente porque as dificuldades em conseguir um emprego expõem as deficiências e as identidades dessas “mães, pobres, desempregadas e sem estudo” ao escrutínio público. Isso torna a discussão um empreendimento perigoso e ameaçador. Muitas vezes, não é a ausência de reconhecimento que impede as pessoas de se implicarem em questões sensíveis, mas o próprio medo de serem associadas a uma posição degradante.

“a construção de categorias analíticas é um modo muito útil no desvendamento e interpretação dos dados obtidos na realização de grupos de discussão”

A observação de como os participantes da discussão se comportam diante de questões que expõem suas identidades é de fundamental relevância para a compreensão de processos políticos que envolvem indivíduos e grupos profundamente marcados por opressões econômicas e simbólicas. Afinal, o modo como cada participante lida com o próprio entendi-

mento ao apresentar-se diante do outro tem se constituído na principal marca das lutas dos movimentos sociais contemporâneos (Honneth, 1995).

A aceitação do risco de expressar uma opinião dissonante

O esforço para descrever e explicar aspectos das próprias vivências encontra muitos obstáculos. Um deles apresenta-se sob a forma do “risco” trazido pelo ato de expor um ponto de vista diante dos outros. Os “momentos sensíveis” (Kitzinger e Farquhar, 1999) do debate, ou seja, momentos em que “os interlocutores reconhecem, a propósito de uma questão de interesse coletivo, a existência de pontos de vista divergentes e aceitam o risco de entrar em desacordo explícito e assumido com seus interlocutores em nome de idéias, interesses ou valores.” (Duchesne e Haeger, 2004, p.883 e 884), são uma aposta necessária, uma vez que os interlocutores não podem saber, *a priori*, quando seu ponto de vista não será acolhido pelos outros, transformando-se na causa de um conflito.

O trecho abaixo evidencia o exato momento em que uma participante do grupo de discussão assume o risco de expressar, ainda que de forma insegura, uma opinião sobre a qual não tem certeza sobre o posicionamento dos demais:

MODERADORA Quem critica o Lula diz que a bolsa família é uma esmola.

N. Eu acho... *êpa, vou falar*, é quase uma esmola, né, o *bolsa família*? Ele [o Lula] acha que se tivesse um emprego a gente dependia do emprego e não era... não precisava de uma esmola, *não é verdade*?

Z. É porque se você sabe que tem um dinheiro pra recebê, *cê não vai se esforçar pra trabalhar*...

A. Mas se a gente fala que o *bolsa família* é esmola, *fica parecendo que quem recebe é esmolento*...

MODERADORA Vocês se sentem assim?

[*todas negam*]

B. Não, eu não se sinto assim, não. Pra mim, não é esmola. *Na minha opinião* é uma ajuda.

N. É uma ajuda boa. E mesmo que fosse esmola, é uma esmola boa, porque tira muita gente do fundo do poço.

G. É. Mas não é esmola, não.

N. *Que seja esmola ou não*, não teve um governo que fez o que o Lula tá fazendo. *Eu não sei se vocês concordam comigo*...

[CRAS Sudoeste, 17/08/06, Campinas]

A associação entre o Bolsa-Família e a esmola é um tema que sempre suscita no contexto dos grupos uma maior implicação dos participantes. Neste caso, a participante *N.*, ao tentar elaborar seu ponto de vista, hesita num primeiro instante. Após uma pausa, ela diz: *“êpa, vou falar”*. Nesse momento, ainda que de forma insegura, ela assume o risco de afirmar a associação entre o benefício e uma esmola. Como *N.* lança seu posicionamento em forma de pergunta dirigida ao grupo, as demais participantes se sentem compelidas a se manifestarem. A participante *Z.* mobiliza o discurso da “acomodação”, enquanto que *A.* contesta a associação, por acarretar o título de “*esmolento*” para aquele que recebe o benefício. A partir de então, cada participante procura resguardar o próprio ponto de vista – o que pode ser evidenciado pelo uso de expressões como: “na minha opinião” – evitando assim um confronto mais direto. O grupo oscila entre caracterizar o programa como esmola ou ajuda. Diante do impasse, a participante *N.* busca gerar um acordo em torno das “boas ações de Lula” para com a população “*mais humilde*”.

A tentativa empreendida por *N.* de buscar um consenso no grupo, expressa a dificuldade de desdobramento de um debate em contextos de grupos de discussão. Todavia, é possível ressaltar a importância da produção coletiva do entendimento e dos argumentos dispostos diante do outro. Assumir o risco do debate, mesmo que o confronto não se desdobre, deve ser visto como um desafio necessário à politização dos pontos de vista. O fato de os participantes se perceberem em uma situação de risco e, mesmo assim, optar pela verbalização de suas opiniões acarreta um relevante ganho para o processo de formação de cidadãos politicamente mais capazes para o debate (Cooke, 1999; Scherer-Warren, 2003; Maia, 2004; Kingfisher, 1996).

A auto-proteção diante dos riscos impostos pelo debate

Defender explicitamente uma posição diante dos interlocutores acarreta conseqüências que vão desde a ruptura de laços de amizade ou de solidariedade, até a pressão de transformar as próprias preferências e a natureza de sua identidade (Conover et al, 2002, Duchesne e Haeger, 2004). É principalmente a urgência em defender o espaço da individualidade que faz com que os participantes evitem o embate explícito e se auto-protejam do confronto de opiniões alegando o caráter privado das mesmas. O trecho abaixo transcrito evidencia como a participante *V.* mantém-se cautelosa diante do argumento de que a “*bolsa família* é uma esmola”, sustentado pela participante *A.* Era visível o modo como *V.* evitou implicar-se na discussão, exigindo que a moderadora interferisse várias vezes para tentar desdobrar o conflito instaurado:

V. O governo tá respeitando as pessoas quando ele fez isso aí. Eu sei que é pouco, mas ele tá dando uma oportunidade. Não tô falando que o governo é maravilhoso. Na minha opinião, ajuda, porque o pobre era um zero à esquerda. Tudo bem, tem que dá emprego, e dar também mais ajuda, porque com a ajuda você vai caminhar para o emprego. Você estudando ou fazendo um curso, a pessoa vai entrar na sociedade, porque ela teve uma ajuda. (...)

MODERADORA E o bolsa família faz vocês se sentirem assim, valorizadas?

A. Não, eu não acho, porque chega a ser uma humilhação, uma esmola. Eu acho que o governo deveria dar dignidade, porque se nós temos um emprego decente, nós temos dignidade.

MODERADORA Mas o que a V. falou é que o bolsa família ajuda a caminhar para o emprego. Nesse sentido não ajuda?

A. Não. Seria uma oportunidade se oferecessem cursos sem a gente ter que escolher entre nós e os nossos filhos, porque se eu voltar a estudar, por exemplo, eu vou precisar de um caderno. Mas aí, se eu comprar pra mim, eu vô tirar dos meus filhos, e aí? Eu concordo com a V. que a gente pode ter uma ajuda, um apoio para chegar na oportunidade.

[as outras participantes ficam em silêncio e algumas fazem expressões de reprovação]

MODERADORA Alguém concorda com a V?

T. Olha, pra alguns o bolsa família pode ser esmola, mas pra outros não, porque tem umas famílias que ninguém tem condição de trabalhá, né? Uns tem criança pequena pra cuidá, e não tem creche pra todos. Eu acho que é uma ajuda.

[NAF Leste, 22/03/06, BH]

Uma observação mais atenta revelou que todo o restante do grupo discordava do posicionamento de A. Mas essa discordância implícita só pôde ser identificada através de indicadores como: o silenciamento do grupo, os comentários paralelos em tom de cochicho com a participante mais próxima, as expressões de desagrado e os olhares de reprovação.

A discussão travada nesse grupo especificamente teve que ser retomada no dia seguinte devido a algumas falhas na gravação das fitas. Essa nova reunião do grupo forneceu uma oportunidade de investigar os motivos pelos quais a maioria das participantes, especialmente V., não assumiram o risco do conflito que polarizou a participante A. com o restante do grupo. É importante mencionar que A. não

pôde comparecer a esse segundo encontro, sendo que a moderadora assumiu o papel de resgatar o ponto iniciador do conflito:

MODERADORA Ontem a A. disse que a bolsa família é uma esmola, uma humilhação...

R. O que ela falou eu nem respondi...

G. Não é esmola...

V. Vamos supor, sua família tá ganhando e o pai tá doente, a mãe tá doente... Tá sendo humilhado? Não, tá sendo ajudado, porque as pessoas não agüentam trabalhar. Ontem eu ia falá isso, mas eu pensei "eu vô ficá calada, porque a *polêmica* tá demais, então eu sei a hora de eu falá". Igual eu, por exemplo, sou aposentada por *invalidez*. Como eu posso sair procurando emprego? Então, eu ia fala muitas coisas, mas eu não falei... Era muita coisa pra poder ser falada... mas agora eu solto tudo.

[NAF Leste, 22/03/06, BH]

A ausência de A. pode ser percebida como o retorno de um contexto em que todas pensam de forma semelhante e, por isso, podem expor suas razões de modo menos defensivo. A participante V. comenta que evitou a polêmica, porque aquela não era uma boa hora para ela falar. Contudo, diante de suas amigas, ela alega estar disposta a "soltar tudo". A "hora de falar" pode ser traduzida como o momento propício para nos expormos diante daqueles em quem confiamos.

O argumento que V. iria acionar, no dia anterior, para contradizer a participante A., exigia o reconhecimento de sua "invalidez" e inabilidade para o trabalho. Nesse sentido, V. argumentava que o bolsa-família não era uma esmola, uma vez que o argumento contrário implicaria que ela assumisse, na frente de todos, sua incapacidade. Como vimos, a necessidade de não ser ofendido, de reduzir os riscos de danos à própria identidade, de evitar julgamentos negativos leva os participantes a se absterem de manifestar suas opiniões. Entretanto, as conseqüentes estratégias de implicação e não-implicação dos participantes, constituem um espaço discursivo relacional essencial ao processo político, no qual é possível colocar em prática a reciprocidade e o respeito mútuo com relação às preferências e argumentos sustentados por cada participante.

Considerações finais

Esse trabalho mostrou o quanto a dinâmica produzida pelas conversações construídas nos grupos de discussão cotidianas sobre temas politicamente relevantes é importante elemento na constituição do poder comunicativo o qual não se origina somente

de públicos politicamente orientados e organizados, mas também dos cidadãos comuns, invisíveis e pobres politicamente.

A interpretação dos dados coletados segundo as cinco categorias analíticas propostas permitiu-nos entender como as beneficiárias do Programa Bolsa-Família, são capazes de explicitar premissas, entendimentos, engajar-se no debate e prover argumentos próprios para justificar-se reciprocamente. Acreditamos que a construção de categorias analíticas é um modo muito útil no desvendamento e interpretação dos dados obtidos na realização de grupos de discussão, voltados para investigação da política no cotidiano. Lembramos porém, que a escolha e a utilização das mesmas se dá em virtude dos objetivos de investigação propostos no trabalho de cada pesquisador. O interessante é que ao mesmo tempo em que elas guiam o trabalho, podem ou não ser contempladas nos momentos de politização do diálogo entre os participantes.

Uma abordagem comunicacional da política que se constitui a partir da dinâmica discursiva que ocorre nas margens do processo político deve levar em consideração aquelas interações que, se não promovem mudanças institucionais imediatas, favorecem o aperfeiçoamento das qualidades morais, práticas e cognitivas; fortalecem vínculos de solidariedade; propiciam a produção de entendimentos e soluções de forma cooperativa; contribuem na formação de cidadãos politicamente autônomos, capazes de desenvolver o respeito mútuo e a reciprocidade.

Não estamos negligenciando o fato de que é a esfera pública o *locus* privilegiado do debate e da troca argumentativa. O que enfatizamos, entretanto, é que as falas cotidianas sobre a política possibilitam momentos de exposição e reflexão das próprias idéias, reduzindo, assim, a inconsistência cognitiva que marca nossas trocas comunicativas mais ordinárias, promovendo a qualidade das opiniões, a troca recíproca de argumentos e a construção conjunta de entendimentos sobre o universo ampliado da política. ■FAMECOS

NOTAS

1. Utilizamos o termo no feminino, uma vez que além de o cartão do bolsa-família ser feito em nome das mulheres (mães, avós, etc.), são elas que administram a renda do programa e se encarregam de cumprir as contrapartidas (manter os filhos nas escola, leva-los ao posto de saúde, fazer o acompanhamento pré-natal, etc.). Nas palavras de Lula: “Não que as mulheres sejam melhores do que os homens, eu acho que elas têm mais responsabilidade no trato da família” (SCOLESE, Eduardo; LEITE, Pedro Dias. “Vale a pena governar país, diz presidente”, in: *Folha de S. Paulo*, Brasil, A12, 21/10/05).

2. Criado em outubro de 2003, o Bolsa-Família destina uma soma que varia entre R\$15,00 e R\$45,00 para famílias com renda *per capita* de até R\$120,00. Para famílias em situação de extrema pobreza (renda *per capita* de até R\$60,00), o benefício varia de R\$50,00 a R\$95,00. A quantia do benefício depende do número de crianças em idade escolar (de 0 a 15 anos), gestantes e mulheres em fase de amamentação presentes em cada família. Diferentemente dos programas sociais dos governos anteriores, o Bolsa-Família coloca em primeiro plano a independência e a autonomia das beneficiárias. O programa tem como contrapartidas: a participação em cursos de capacitação e de alfabetização, a frequência escolar, a vacinação nos postos de saúde, o incentivo à agricultura familiar, etc. Para mais detalhes acerca desse programa, ver: < <http://www.mds.gov.br/programas/transferecia-de-renda/programa-bolsa-familia>>.

3. Essas cidades apresentavam-se, no momento da realização da pesquisa de campo (entre outubro de 2005 e agosto de 2006), em estágios diferenciados de implantação do programa. Na capital mineira, tida como referência do Programa, quase todas as famílias em situação de vulnerabilidade social já foram atendidas. O atendimento é descentralizado, ficando a cargo das nove administrações regionais da cidade. Por outro lado, a cidade de Campinas conta ainda com um grau incipiente de atendimento, o qual não foi totalmente descentralizado implicando, além da precariedade dos dados cadastrais, em uma sobrecarga de trabalho para os Distritos de Assistência Social. Essa disparidade nos motivou a detectar nas duas cidades a relação que as beneficiárias mantinham com o programa.

4. Para Habermas, o sistema político seria composto pelo poder administrativo e pelo comunicativo, articulados através de “uma política deliberativa que se caracteriza pelo debate público, controlado pela opinião pública, entre especialistas e contra-especialistas” (1997, p.84).

5. A escolha de privilegiar os discursos elaborados pelos públicos marginalizados encontra-se afinada com aquelas que vêm sendo feitas no âmbito do Grupo de Pesquisa em Mídia e Esfera Pública (PPGCom/UFMG). Esse grupo tem procurado evidenciar que em contexto de forte desigualdade social, marcado pela violência física e simbólica, miséria, preconceito, como é o brasileiro, a luta é também por rupturas simbólicas por parte de grupos historicamente marginalizados e excluídos.

6. Não podemos desconsiderar as inúmeras variáveis que podem criar constrangimentos aos participantes do grupo, sobretudo as relações de poder que se estabelecem entre moderador/participantes e entre os próprios participantes. Cabe ao moderador propor os temas do debate, mas com a consciência de que são os participantes que o conduzem, posicionando-se em relação aos tópicos propostos pelo pesquisador.
7. Os grupos realizados representam parte do *corpus* da tese de doutoramento que está sendo desenvolvida por Ângela Marques, sob orientação da Profa. Dra. Rousiley Celi Moreira Maia, junto ao PPPGCom/UFMG.
8. O contato com as beneficiárias não teria sido possível sem o auxílio de Márcia Teixeira (Gerente Geral do Bolsa-Família em BH), Mônica Figueiredo (Gerente de Transferência de Renda e Geração de Trabalho – Pampulha), Ramon Correia de Abreu (Goordenador do NAF – Pampulha), Mara Rúbia Félix (Coordenadora do NAF Leste), Soraia de Souza (Coordenadora do NAF Norte), Maria das Graças Caixeta (Coordenadora do EJA – Colégio Santa Dorotéia).
9. Agradecemos o auxílio inestimável de Gisleide Abreu e Elton Pappa (Bolsa-Família de Campinas), Maria José Toffoli (Coordenadora do CRAS Norte), Letícia Lofiego Chrispi (Coordenadora do Centro Social Padre Ancheita/CRAS Norte), Margô Silva, Márcia Pantaleão e Angélica Bossolani (CRAS Sul), Gilberto Ribeiro e Maria Lúcia Teixeira (CRAS Leste), Maria de Fátima Costa (Coordenadora do CRAS Sudoeste) e Mônica Seco (CRAS Sudoeste – Bairro Vida Nova).
10. É importante ressaltar que, mesmo assim, os grupos revelaram certa heterogeneidade com relação à participação política. Alguns participantes de grupos realizados com pessoas que não participavam de cursos ou oficinas, revelaram ser membros ativos de Conselhos Comunitários, reuniões do Orçamento Participativo, Associações de Bairro, Associações Religiosas, entre outros.
11. É preciso destacar que, entre todos os grupos realizados, só ocorreu uma exceção: no grupo realizado no CRAS Norte (Bairro Vila Padre Anchieta) apareceu um casal que afirmava que o marido era quem tomava a frente nas questões relativas ao benefício.
12. Cabe ressaltar que coube à Ângela Marques o papel de moderadora dos grupos de discussão. Para os grupos realizados na cidade de Belo Horizonte, o papel de observador foi desempenhado por Augusto Veloso Leão, aluno de Iniciação Científica do curso de Comunicação Social da UFMG e membro do Grupo de Pesquisa sobre Mídia e Esfera Pública (EME) da UFMG. À ele, nossos sinceros agradecimentos pelo apoio logístico inestimável e pela árdua tarefa de anotar e observar o comportamento dos grupos.
13. As questões referentes à primeira parte da dinâmica eram semi-estruturadas e foram agrupadas em torno de três tópicos nucleadores: a) *o entendimento que as beneficiárias têm do programa*: o objetivo desse tópico era investigar como elas definiam o programa; b) *as alternativas disponíveis para escapar da pobreza*: esse tópico visava explorar as escolhas por elas elencadas para superar os obstáculos que impedem a construção da autonomia. (Pretendíamos investigar o valor que elas conferem ao trabalho, à educação, à participação em projetos coletivos, etc., e c) *a luta por direitos, reconhecimento e cidadania*: a finalidade das perguntas elaboradas nesse tópico era a de analisar como essas noções apareciam no discurso das beneficiárias. O que vem a ser um direito para elas? Elas associam os direitos à sua independência e à sua valorização pelos outros?
14. A fim de estimular o debate e a diversidade de pontos de vista, trouxemos para o grupo trechos de matérias e reportagens que continham frases e pronunciamentos de atores específicos sobre o Programa. Esses pronunciamentos se estruturavam principalmente em torno do argumento de que o Bolsa-Família seria uma “esmola” (ver Marques, 2006). Tal controvérsia mobilizou as participantes a estruturarem seus pontos de vista e entendimentos de modo a não só buscar ouvir o que as outras pensavam sobre o assunto, mas também a originar clivagens entre diferentes posicionamentos.
15. Segundo Deborah Warr, “em um grupo de discussão, os participantes são convidados a falar para uma audiência. Muitos não estão acostumados a esse cenário, mesmo quando outros participantes são vistos como semelhantes ou como interlocutores confiáveis” (2005, p.202).

REFERÊNCIAS

- ALDÉ, Alessandra. *A Construção da Política: cidadão comum, mídia e atitude política*. Tese de Doutorado em Ciência Política, construída junto ao IUPERJ, 2001.
- ANDERSON, Joel; HONNETH, Axel. “Autonomy, Vulnerability, Recognition, and Justice”. In: CHRISTMAN, John; ANDERSON, Joel

- (eds.). *Autonomy and the Challenges to Liberalism: New Essays*. Cambridge: Cambridge University, 2005, pp. 127–149.
- BARKER, Chris. *Televisión, globalización e identidades culturales*. Trad. Bernardo Moreno Carrillo. Barcelona: Paidós, 2003.
- BENHABIB, Seyla (ed.). *Democracy and Difference – contesting the boundaries of the political*. Princeton: Princeton University Press, 1996.
- BENNETT, Stephen; FLICKINGER, Richard; RHINE, Staci. “Political Talk Over Here, Over There, Over Time”. In: *British Journal of Political Science*, 2000, v.30, pp.99–119.
- BERTRAND, Jane; BROWN, Judith; WARD, Victoria. “Techniques for analyzing focus group data”. In: *Evaluation Review*, v.16, n.2, April 1992, pp.198–209.
- BRYMAN, Alan. “Focus Groups”. In: *Social Research Methods*. Oxford: Oxford University Press, 2001, pp. 335–351.
- BOHMAN, J. *Public Deliberation: pluralism, complexity, and democracy*. Massachusetts: Mit Press, 1996.
- . “Deliberative Democracy and Effective Social Freedom: capabilities, resources, and opportunities”. In: BOHMAN, James; REHG, William (eds.). *Deliberative Democracy: essays on reason and politics*. Cambridge: MIT, 1997, pp.321–348.
- BOURDIEU, Pierre (ed.). “L’espace des points de vue”, in: *La Misère du Monde*. Paris: Seuil, 1993.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *A Política dos Outros: o cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- CAREY, Martha Ann. “The group effect in focus groups: planning, implementing, and interpreting focus groups research”. In: MORSE, Janice (ed.). *Critical Issues in Qualitative Research Methods*. London: Sage, 1994, pp.224–241.
- CONOVER, Pamela; SEARING, Donald; CREWE, Ivor. “The Deliberative Potential of Political Discussion”. In: *British Journal of Political Science*, 2002, v.32, pp.21–62.
- CONOVER, Pamela e FELDMAN, Stanley. “How people organize the political world”. In: *American Journal of Political Science*, v.28, 1984, pp.95–126.
- COOKE, Maeve. “A space of one’s own: autonomy, privacy, liberty”. In: *Philosophy & Social Criticism*, v.25, n.1, 1999, pp.23–53.
- DUCHESNE, Sophie; HAEGEL, Florence. “La polititisation des discussions, au croisement des logiques de specialisation et de conflictualisation”. In: *Revue française de science politique*, v.54, n.6, décembre 2004, pp. 877–909.
- ELIASOPH, Nina. “Making a Fragile Public: a talk-centered study of citizenship and power”. In: *Sociological Theory*, v.14, n.3, 1996, pp.262–89.
- EVANGELISTA, João Emanuel. “As classes subalternas e o mundo da política: senso comum e bom senso na recepção e decodificação do HGPE nas eleições de 2004”. Texto apresentado no GT Mídia e Eleições do I Congresso Anual da Associação Brasileira de Pesquisadores de Comunicação e Política, realizado na Universidade Federal da Bahia, 2006.
- FELTRAN, Gabriel de Santis. *Desvelar a política na periferia: histórias de movimentos sociais em São Paulo*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas/FAPESP, 2005.
- FERRAZ, Ernani. “Recepção Universitária: um estudo do Jornal Nacional”, *Alceu*, v.5, n.10, jan./jun. 2005, pp.201–214.
- FIGUEIREDO, Rubens (org.). *Marketing Político e persuasão eleitoral*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2000.
- FRASER, Nancy. “Rethinking the Public Sphere: a contribution to the critique of actually existing democracy”. In: CALHOUN, Craig (ed.). *Habermas and the Public Sphere*. Cambridge: MIT Press, 1992, pp. 109–142.
- GAMSON, William. *Talking Politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.
- GOMES, Wilson. *Transformações da política na era da comunicação de massa*. São Paulo : Paulos, 2004.

- GOODIN, Robert. "Talking politics: perils and promises". In: *European Journal of Political Research*, v.45, 2006, pp.235–261.
- HABERMAS, Jürgen. *Mudança Estrutural da Esfera Pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- . *Direito e Democracia: entre facticidade e validade*. Vol II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.
- HONNETH, Axel. *The struggle for recognition: the moral grammar of social conflicts*. Cambridge: MIT Press, 1995.
- KINGFISHER, Catherine P. "Women on welfare: conversational sites of acquiescence and dissent". In: *Discourse & Society*, v.7, n.4, 1996, pp. 531–557.
- KITZINGER, Jenny. "The methodology of focus groups: the importance of interaction between research participants". In: *Sociology of Health and Illness*, v.16, n.1, 1994, pp.103–121.
- KITZINGER, Jenny and FARQUHAR, Clare. "The analytical potential of sensitive moments in focus group discussions". In: BARBOUR, R. and KITZINGER, J. (eds.). *Developing Focus Group Research: Politics, Theory and Practice*. London: Sage, 1999, pp.156–72.
- LaPASTINA, Antônio. *The telenovela way of knowledge: an ethnographic reception study among rural viewers in Brazil*. Tese de Doutorado, University of Texas, Austin, 1999.
- LAZARUS, Sylvain. "Anthropologie ouvrière et enquêtes d'usine : état des lieux et problématique", *Revue Ethnologie Française*, n.3, 2001.
- LETELIER, Celinda Lilian. "Notas metodológicas: entre os grupos de conversação (group discussion) e as intervenções focalizadas (focus groups)". In: *Política e Trabalho*, n.12, setembro 1996, pp. 164–174.
- LUCAS, João Inácio Pires e FERRARI, Gabriela Maria. "Universo Político da Juventude no Início do Século XXI". Trabalho apresentado no V Simpósio de Ciência e Tecnologia da UCS, Caxias do Sul, 2004.
- LUNT, Peter; LIVINGSTONE, Sonia. "Rethinking the focus groups in media and communication research". In: *Journal of Communication*, v.46, n.2, 1996, pp.79–98.
- MAGALHÃES, Raul Francisco e VEIGA, Luciana Fernandes. "Manipulações cognitivas da política: o eleitor comum diante da campanha presidencial de 1998." In: FIGUEIREDO, Rubens (org.). *Marketing Político e persuasão eleitoral*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2000, pp.205–231.
- MAIA, Rousiley Celi Moreira. "Dos Dilemas da Visibilidade Midiática para a Deliberação Pública". In: LEMOS, André et al. (orgs.). *Livro da XII Compós : Mídia.br*. Porto Alegre : Sulina, 2004, pp.9–38.
- MANSBRIDGE, Jane. "Everyday Talk in Deliberative System". In: MACEDO, Stephen (ed.). *Deliberative Politics: essays on democracy and disagreement*. Oxford: Oxford University Press, 1999, pp.211–239.
- MARQUES, Ângela. "Dimensões da Autonomia: o programa bolsa-família no discurso midiático e na fala das beneficiárias". In: *Contracampo*, Niterói, v.14, 1o semestre de 2006, pp.126–162
- MARQUES, Ângela; ROCHA, Simone. "A produção de sentido nos contextos de recepção: em foco o grupo focal". In: *Fronteiras*, vol. VIII, n. 1, jan./abr. 2006, pp.38–53.
- MEYERS, Greg. "Displaying opinions: topics and disagreement in focus groups". In: *Language in Society*, v.27, 1998, pp. 85–111.
- MORGAN, David. *Focus Groups as qualitative research*. London: Sage, 1997.
- . "Focus Groups". In: *Annual Review of Sociology*, v.22, 1996, pp. 129–152.
- MUTZ, Diana e MONDAK, Jeffery. "The Workplace as a context for crosscutting political discourse". In: *Journal of Politics*, v.68, 2006, pp.140–155.
- NEUMAN, Russell; JUST, Marion; CRIGLER, Ann. *Common Knowledge. News and the construction of political meaning*. Chicago: The University of Chicago Press, 1992.
- PAUGAM, Serge. *La disqualification sociale: essai sur la nouvelle pauvreté*. Paris: PUF, 1993.

- PORTO, Mauro. *Media Framing and Citizen Competence: television and audiences interpretations of politics in Brazil*. Tese de Doutorado, University of California, San Diego, 2001.
- . “Telenovelas e Controvérsias Políticas: interpretações da audiência sobre Terra Nostra.” In: FRANÇA, Vera Veiga et al. (orgs.). *Estudos de Comunicação. Livro do XI Compós*. Porto Alegre: Brasil, 2003, pp.104-124.
- RANCIÈRE, Jacques. « Dix thèses sur la politique ». In: *Aux Bords du Politique*. Paris: Gallimard, 1998, pp.221-254.
- RIBEIRO, Gustavo César de Macedo. “Cultura Política e visão de mundo na recepção do horário eleitoral nas eleições municipais em Natal - 2004”. Texto apresentado no XII Encontro de Ciências Sociais Norte-Nordeste - CISO, 2005, Belém/PA.
- REIS, Roberto Alves e MAIA, Rousiley. “Do pessoal ao político-legal: estratégias do jornalismo para enquadrar os movimentos gays”. In: *Revista Famecos*, n. 30, 2006, pp. 46-61.
- ROCHA, Simone Maria. “Televisão, mundo da vida e mobilidade simbólica: a favela e seus moradores na visão de adolescentes”. Texto apresentado na 3ª. Jornada de Comunicação e Democracia entre os Grupos de Pesquisa em Mídia e Esfera Pública (PPGCom/UFMG) e Comunicação e Democracia (PPGCom/UFBA). FACOM/UFBA, Salvador, 24 e 25 de maio de 2006.
- SCHERER-Warren, Ilse. “A problemática da pobreza na construção de um movimento cidadão.” In: *Política & Sociedade*, n.3, 2003, pp. 71-93.
- SILVA, Carlos Lins da. *Muito Além do Jardim Botânico*. São Paulo: Ed. Summus, 1985.
- SMITHSON, Janet. “Using and analysing focus groups: limitations and possibilities”. In: *International Journal of Social Research Methodology*, 2000, v.3, n.2, pp.103-119.
- TATAGIBA, Luciana. *Participação, cultura política e modelos de gestão: a democracia gerencial e suas ambivalências*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, UNICAMP/IFCH, 2003.
- TELLES, Vera da Silva. “Pobreza e cidadania: figurações da questão social no Brasil Moderno”. In: ———. *Direitos Sociais: afinal do que se trata?* Belo Horizonte: Ed.UFMG, 1999, pp.79-134.
- WARR, Deborah. “It was fun...but we don’t usually talk about these things. Analyzing sociable interactions in focus groups”. In: *Qualitative Inquiry*, 2005, v.11, n.2, pp.200-225.
- WEST, Candace. “Women’s competence in conversation”. In: *Discourse & Society*, v.6, n. 1, 1995, pp. 107-131.
- WEST, Mark; GASTIL, John. “Deliberation at the margins: participant accounts of face-to-face public deliberation at the 1999-2000 World trade protests in Seattle and Prague”, *Qualitative Research Reports in Communication*, v.5, 2004, p.1-7.
- WEY, Beatriz. “A judicialização da política e das relações sociais mediadas pelos telejornais: análise da emissão e recepção da informação”. Texto apresentado no XXVI Encontro Anual da ANPOCS, 2003.
- WYATT, Robert; KATZ, Elihu; KIM, Joochan. “Bridging the Spheres: political and personal conversation in public and private spaces”. In: *Journal of Communication*, v.50, Winter 2000, pp.71-92.
- VEIGA, Luciana e GONDIM, Sônia M. Guedes. “A utilização de métodos qualitativos na Ciência Política e no Marketing Político”, *Opinião Pública*, v.VII, n.1, 2001, pp.1-15.
- VEIGA, Luciana. “Em busca das razões para o voto: o uso que o eleitor faz da propaganda política”. In: *Contracampo*, v.7, 2002, pp.183-208.